CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DIÁRIO ELETRÔNICO DO CNMP

CADERNO PROCESSUAL

EDIÇAO Nº 212| DISPONIBILIZAÇAO: Terça-feira, 17 de novembro de 2020 **| PUBLICAÇAO:** Quarta-feira, 18 de novembro de 2020

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Setor de Administração Federal Sul - SAFS, Qd 2 Lt 3
Edifício Adail Belmonte
Brasília - DF - CEP: 70070-600
Telefone: (61) 3366-9100
www.cnmp.mp.br

SUMÁRIO

Presidência.....1
Plenário.....23
Corregedoria Nacional.....23

PRESIDÊNCIA

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

18ª Sessão Ordinária de 2020

Dia: 24/11/2020
Hora: 09:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3 – Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação da Ata da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2018 (25/09/2018)

1) Proposição n° 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2019 (24/09/2019)

2) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00150/2019-03
Requerente: Ministério Público de Contas do Estado de Goiás
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Despachos de nºs 434/2017, 451/2017 e 596/2017 –

PGJ-DG, da lavra do Procurador-Geral de Justiça. Recebimento por parte dos servidores de valores correspondentes à diferença de 11,98% decorrentes da conversão de cruzeiros reais em Unidades Reais de Valores (URV). Alegação de inexistência de fato gerador. Alegação de prescrição. Pedido de liminar.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Goiás
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire

Pedido de Vista na 2ª Sessão Ordinária de 2020 (12/02/2020)

3) Proposição n° 1.01141/2018-59
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução CNMP n.º 14/2006. Acréscimo do parágrafo 5º ao artigo 16. Proibição de realização de entrevista pessoal reservada nos concursos de ingresso na carreira do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2020 (10/03/2020)

4) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00063/2020-44
Requerentes: Afonso de Ligório Bezerra Junior; Alexandre Gonçalves Frazão; Alysson Michel de Azevedo Dantas; Augusto Carlos Rocha de Lima; Fabio de Weimar The; Herminio Souza Perez Junior; Izabel Cristina Pinheiro; Juliana Alcoforado de Lucena; Micaele Fortes Caddah; Patricia Antunes Martins de Oliveira; Paulo Batista Lopes Neto; Sílvio Ricardo Gonçalves de Andrade Brito
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ato da Procuradoria Geral de Justiça que desativou prédios de Promotorias de Justiça. Designação de membros para terem exercício em outras Comarcas. Desrespeito a regra das promoções e remoções. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (05/05/2020)

5) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00208/2020-16
Requerentes: Fabio Ribeiro Velloso; Luciano Taques Ghignone; Paulo Eduardo Garrido Modesto
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Portarias n.ºs 524/2020, 525/2020 e 546/2020. Remoção compulsória. Violação à inamovibilidade. Alegação de desvio de poder. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Bahia
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

6) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00700/2019-01
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Irregularidades. Criação de diversos cargos em comissão. Prejuízo aos aprovados em concurso público para provimento de cargos de Técnico e Analista Ministerial.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Piauí
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

7) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00224/2020-90
Requerentes: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas; Jussara Maria Pordeus e Silva
Requeridos: Ministério Público do Estado do Amazonas; Procuradoria Geral de Justiça
Interessado: Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Suspensão dos efeitos dos atos de convocações, a partir de edição do Decreto nº 42.100, do Governo Estadual, e dos atos de deferimento dos requerimentos de trabalho remoto. Ato nº 112.2020.PGJ. Prevenção ao COVID-19. Pedido liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedidos de Vista na 6ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (16/06/2020)

8) Pedido de Providências n° 1.00312/2018-13
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Estado do Amapá
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Determinação de acesso aos autos do Procedimento Investigatório n° 0000013-71.2016.9.04.0000 aos advogados devidamente constituídos. Desrespeito a Súmula Vinculante n° 14 do Supremo Tribunal Federal. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amapá
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

9) Proposição n° 1.00448/2018-14
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espirito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Possibilidade de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta no âmbito do Ministério Público brasileiro, no exercício do poder disciplinar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

Pedido de Vista na 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência – Continuação (30/06/2020)

10) Pedido de Providências n° 1.00800/2019-39

Requerente:	Conselho Regional de Serviço Social da 3ª Região
Advogada:	Sabrine Tams Gasperin – OAB/CE n.º 42.863
Requerido:	Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto:	Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de atuação irregular de Membro da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapajé na área de Infância e Juventude. Alegação de ofensa referente à atuação profissional de assistente social. Suposta violação à Recomendação CNMP n.º 33/2016.
Relator:	Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem:	Ceará
Vista:	Cons. Rinaldo Reis Lima Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Extraordinária de 2020 (07/07/2020)

11) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)

Recorrente:	Margaret Matos de Carvalho
Advogados:	Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido:	Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto:	Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator:	Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem:	Distrito Federal
Vista:	Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Pedido de Vista na 13ª Sessão Ordinária de 2020 (08/09/2020)

12) Consulta n° 1.00838/2018-11

Requerente:	Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Interessados:	Anísio Marinho Neto; Associação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – AMPERN; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação dos Delegados de Polícia do Brasil – ADEPOL
Advogado:	George Melão – OAB/SP n.º 384.804
Objeto:	Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Exigibilidade de instauração de Procedimento Investigatório Criminal. Interesse do membro em realizar investigação direta nos autos do inquérito policial.
Relatora:	Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem:	Rio Grande do Norte
Vista:	Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 14ª Sessão Ordinária de 2020 (22/09/2020)

13) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00438/2020-20

Requerente:	Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Pernambuco
Advogado:	André Rebelo Costa – OAB/AL n.º 11569
Requerido:	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto:	Ministério Público do Estado de Pernambuco. Suspensão da validade. Resolução Conjunta PGJ – CGMP nº 03/2020. Desrespeito à Resolução CNMP nº 164/2017. Extrapolação da competência do Procurador-Geral e do Corregedor-Geral. Pedido liminar.
Relator:	Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem:	Pernambuco
Vista:	Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2020 (13/10/2020)

14) Pedido de Providências n° 1.00675/2019-58
Requerente: Lilia Emilia Ferreira
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Interessado: Pedro Eugenio Beltrame Benatti
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n.º 17275
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Desconstituição de atos realizados. Inquérito Civil Público n° 005/2019 – Autos 2019.0008.4667. Irregularidades em busca e apreensão. Pedido de impedimento e suspeição de membro da 5ª Promotoria de Justiça de Caldas Novas. Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Goiás
Vista: Cons. Rinaldo Reis Lima

15) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00158/2020-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Jaime Romaquelli
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Controle do Ato n° 256/2019-PGJ. Suspensão da nomeação de Promotores para atuação na esfera judicial, através do GAECO. Proibição de atuação de membros do GAECO na fase Judicial desacompanhados do Promotor Natural. Determinação para criação de Promotorias Criminais com atribuições ao crime organizado, para atuação perante o Órgão Judicial. Pedido Liminar.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

16) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00168/2020-58
Requerente: Francisco Yukio Hayashi
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação). Acordo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Fazenda. Acesso ao Sistema de Administração Tributária. Indeferimento de pedido.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Santa Catarina
Vista: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Pedidos de Vista na 16ª Sessão Ordinária de 2020 (27/10/2020)

17) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00214/2020-46
Requerente: Estado da Bahia
Advogado: Ruy Sergio Deiro da Paixão – OAB/BA nº 8130
Requerido: Milane de Vasconcelos Caldeira Tavares
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Interessado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Disseminação de coronavírus (COVID-19). Recomendação 003/2020 emitida pela 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso. Contrariedade às recomendações expedidas pela Organização Mundial da Saúde e ao regular funcionamento do Poder Executivo.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia
Vista: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Cons. Sandra Krieger Gonçalves

18) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00457/2020-66
Requerentes: Antonio Alves Pereira Netto; Bruno de Albuquerque Barreto; Cleyton Soares da Costa e Silva; Evelton David Conti Isoppo; Herson Luis de Sousa Galvão Rodrigues; Jaime Rodrigues D

	Alencar; Maylton Rodrigues de Miranda; Nayana da Paz Portela Veloso; Tiago Berchior Cargnin; Yan Walter Carvalho Cavalcante
Advogado:	Guilardo Cesá Medeiros Graça – OAB/PI nº 7.308
Requerido:	Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado:	Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Piauí
Objeto:	Ministério Público do Estado do Piauí. Concurso público. Ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça Substituto. Determinação para que o Ministério Público do Estado do Piauí prossiga com a imediata homologação do resultado final. Edital nº 01/2018. Pedido liminar.
Relator:	Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem:	Piauí
Vista:	Cons. Sandra Krieger Gonçalves Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2020 (10/11/2020)

19) Reclamação Disciplinar n° 1.00630/2019-00 (Recurso Interno)

Recorrente:	Universidade Federal de Pelotas
Recorrido:	Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul
Objeto:	Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio Grande do Sul.
Relator:	Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem:	Rio Grande do Sul
Vista:	Presidente

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

20) Proposição n° 1.00056/2017-10

Requerente:	Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego
Objeto:	Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Obrigatoriedade de correições e inspeções no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados. Sistema de Avaliação pelas Corregedorias. Aferição de eficácia social. Sistema Nacional de Correições e Inspeções.
Relator:	Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem:	Distrito Federal

21) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00313/2018-77

Requerente:	Associação Paraibana da Advocacia Municipalista
Advogado:	Marco Aurelio de Medeiros Villar – OAB/PB n.º 12.902
Requerido:	Ministério Público do Estado da Paraíba
Interessados:	Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional da Paraíba
Advogado:	Rafael Barbosa de Castilho – OAB/DF n.º 19.979
Objeto:	Ministério Público do Estado da Paraíba. Controle. Recomendações para rescisões de contratos de prestação de serviços jurídicos firmados entre sociedades de advogados e Prefeituras. Desrespeito à Recomendação CNMP n° 36/2016. Determinação de não instauração de inquéritos e/ou Ações Civis Públicas por haver contratos firmados entre advogados e Municípios. Pedido liminar.
Relator:	Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem:	Paraíba

22) Proposição n° 1.00509/2018-25

Requerente:	Valter Shuenquener de Araújo
Objeto:	Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5°, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator:	Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Distrito Federal

23) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00520/2018-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Germano Cardoso Sociedade Individual de Advocacia
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Representação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão. Alegação de que a contratação de escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação é ilegal e lesiva ao patrimônio público. Descumprimento da Recomendação CNMP n° 36/2016. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Maranhão

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 21ª Sessão Ordinária (14/11/2017)

24) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n. 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Rio Grande do Norte

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária (26/02/2019)

25) Proposição n.º 1.01083/2018-09
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 12, da Resolução n.º 92. Regimento Interno.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária (25/06/2019)

26) Proposição n° 1.00622/2017-84
Requerente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para fins de promoção e remoção por merecimento de membro do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

27) Proposição n° 1.00946/2017-02 (Apensos: Processo n° 1.00949/2017-65; Processo n° 1.00951/2017-70; Processo n° 1.00950/2017-17; Processo n° 1.00963/2017-22)
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. Formação de listas tríplices para promoção por merecimento, em caso de insuficiência de candidatos no primeiro quinto da lista de antiguidade.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

28) Proposição n° 1.00947/2017-58
Requerente: Gustavo do Vale Rocha
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Enunciado. A promoção por merecimento, ainda que norteada por critérios objetivos e eventualmente precedida de avaliação dos candidatos pela

Corregedoria local, não prescinde de um natural resquício de subjetividade, devendo os votos do Conselho Superior serem documentados para o caso de se submeterem a posterior controle.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (13/08/2019)

29) Reclamação Disciplinar n° 1.00193/2019-52 (Recurso Interno)
Recorrente: Saulo Henrique Silva Caldas – OAB/SE n.º 5.413
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Reclamação Disciplinar autuada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Sergipe

30) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00333/2019-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Shirlene Kerine Costa
Advogado: Bruno Fabricio Elias Pedrosa – OAB/PI n.º 15339
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Irregularidades no indeferimento da inscrição do concurso de remoção. Edital n° 001/2019, retificado pelo Edital n° 002/2019. Exclusão do item 1.4 do Edital de Remoção Interna n° 002/2019. Promotorias de Justiça de Araguaína. Promotoria de Justiça de Wanderlândia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Tocantins

Incluído na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (10/09/2019)

31) Proposição n° 1.00956/2018-39
Requerente: Fábio Bastos Stica
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Emenda Regimental. Alteração do art. 24 do RICNMP.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 18ª Sessão Ordinária (26/11/2019)

32) Proposição n° 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

33) Proposição n° 1.00972/2018-03
Requerentes: Gustavo do Vale Rocha; Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços ministeriais pelas partes, procuradores, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro, em todos os seus ramos.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária (11/02/2020)

34) Proposição n° 1.00146/2019-90
Requerente: Sebastião Vieira Caixeta
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação no âmbito do Ministério Público da responsabilização administrativa de pessoas jurídicas por atos contra a administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846/2013.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

35) Proposição n° 1.00151/2019-67
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Atuação dos membros do Ministério Público. Defesa dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência residentes em instituições que prestem serviços de acolhimento de pessoas com deficiência.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

36) Proposição n° 1.00393/2019-23
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Modifica o § 3º, acrescenta o § 4º e renumera os antigos §§ 4º e 5º do art. 77, do RICNMP.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão do Plenário por Videoconferência (28/04/2020)

37) Proposição n° 1.00125/2020-09
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno. Possibilidade de arquivamento, a critério do Relator, de proposições de iniciativa de Conselheiros Nacionais em razão de superveniente término de mandato do proponente.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão do Plenário por Videoconferência (12/05/2020)

38) Proposição n° 1.00124/2020-55
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Previsão de remessa das proposições aprovadas em Plenário à Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, para, se cabível, apresentação da redação final.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência (26/05/2020)

39) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

40) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda

Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n° 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 7ª Sessão do Plenário por Videoconferência (23/06/2020)

41) Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho n° 1.00158/2019-42
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Goiás
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Descumprimento do item 19.7 do Relatório Conclusivo da Correição realizada nas unidades ministeriais do mencionado Estado. Determinação para ajuizamento de Ação Civil de Perda de Cargo. Processo CNMP n° 0.00.000.000047/2017-20.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Goiás

Incluído na Pauta da 1ª Sessão Extraordinária (07/07/2020)

42) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00918/2019-58
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Recomendação Conjunta n.º 0001.2019-PGJ/CGMPAM. Atuação de membros nos processos de habilitação de casamento e processos de conversão de união estável em casamento.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 11ª Sessão Ordinária (18/08/2020)

43) Pedido de Providências n° 1.00104/2020-66
Requerente: Soliana Figueiredo dos Santos Silva
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Uberlândia. Transporte escolar no município de Araguari. Idade máxima de veículos.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Minas Gerais

44) Proposição n° 1.00445/2020-04
Requerente: Fernanda Marinela de Sousa Santos
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação às unidades do Ministério Público brasileiro a respeito de regras de atendimento aos advogados, procuradores e defensores públicos, para efetivação do art. 5º, da Resolução CNMP nº 210, de 14 de abril de 2020.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária (08/09/2020)

45) Proposição n° 1.00424/2020-61
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM; Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espirito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do artigo 37, do Regimento Interno do CNMP e acréscimo de dispositivos, visando disciplinar o instituto do Conflito de Atribuições.

Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

46) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00483/2020-85

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requeridos: Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades no pagamento de auxílio saúde. Pagamento mediante comprovação de gastos. Pedido liminar.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Amapá

47) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00494/2020-83

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Irregularidades. Pagamento. Auxílio Saúde. Proibição de penduricalhos e auxílios ao subsídio dos membros do Ministério Público brasileiro.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves

Origem: Amazonas

Incluídos na Pauta da 14ª Sessão Ordinária (22/09/2020)

48) Pedido de Providências n° 1.00387/2020-64

Requerente: Ministério Público do Estado de Alagoas

Requerido: Ministério Público Federal

Interessado: Lucas Horta de Almeida

Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições suscitado pela Promotoria de Justiça em Satuba.

Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Origem: Alagoas

49) Pedido de Providências n° 1.00453/2020-41

Requerente: Thiago Lemos de Andrade

Requerido: Ministério Público Federal

Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Violação à sistemática de distribuição por critérios impessoais e objetivos e aos princípios da isonomia, impessoalidade e do promotor natural. Força Tarefa da Lava Jato em São Paulo.

Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Origem: São Paulo

50) Pedido de Providências n° 1.00504/2020-08

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições entre o Promotor de Justiça da Comarca de Barueri e o Procurador da República em Barueri. Procedimento de apuração de apropriação de bens fornecidos pelo Município de Barueri à Agência do IBGE.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: São Paulo

51) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00516/2020-60
Requerente: Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho
Requeridos: Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Superior. 4ª Câmara de Coordenação e Revisão. Regulamentação do serviço de distribuição dos feitos. Reclamação PGEA 1.00.001.000098/2020-91. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

52) Pedido de Providências n° 1.00679/2020-33
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Violação do princípio da legalidade que vem ocorrendo na interpretação das Portarias PGR/MPF n° 1.035, n° 439 e n° 1.304. Irregularidades na distribuição no âmbito da Força Tarefa Lava Jato. Violação ao princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo

Processos incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária (13/10/2020)

53) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00028/2019-73
Requerente: Liana Maria Melo Lages
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Interessado: Eloi Pereira de Sousa Junior
Objeto: Ministério Público do Estado do Piauí. Controle da Resolução CPJ-PI n° 03/2018. Determinação para que a 56ª Promotoria de Justiça de Teresina se abstenha de atuar no controle externo da atividade policial. Realização de inspeções nas delegacias e batalhões militares. Participação em audiências de instrução e julgamento junto as 7ª e 8ª Varas Criminais de Teresina. Pedido liminar.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Piauí

54) Proposição n.º 1.00180/2020-08
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação de programa de assistência à saúde suplementar para membros e servidores do Ministério Público.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

55) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.00253/2020-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Origem: Espírito Santo

56) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.00279/2020-91 (Recurso Interno)
Recorrente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Conflito de atribuições. Suspensão da Recomendação nº 6/2020/PR-ES/Gab-EOO, editada pelo MPF/PR-ES. Determinação para que a Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo se abstenha da prática de ato de fiscalização ou acompanhamento de políticas públicas de enfrentamento ao COVID-19. Conflito com a atuação finalística do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Pedido liminar
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Espírito Santo

57) Reclamação Disciplinar n° 1.00304/2020-37 (Recurso Interno)
Recorrentes: Cristina Aparecida de Castro; Marcelo Feijo Chalreo; Paulo Tavares Mariante
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Goiás

58) Pedido de Providências n° 1.00356/2020-77 (Recurso Interno)
Recorrente: Estado do Espírito Santo
Advogado: Rodrigo Francisco de Paula – OAB/ES n.º 10.077
Recorrido: Procuradoria da República – Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Anulação da Recomendação nº 03/2020/PRM/CIT-COVID-19. Procedimento Administrativo nº 1.17.001.000089/2020-01. Políticas públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. Pedido liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Espírito Santo

59) Pedido de Providências n° 1.00382/2020-96 (Recurso Interno)
Recorrente: Weliton Virgilio Pereira
Recorrido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Município de Cachoeiro de Itapemirim. Recomendação n.º 3/2020/PRM/CIT Covid-19. Alegação de incompetência por parte do órgão ministerial para fiscalizar as medidas de combate à pandemia do novo coronavírus, no âmbito do Município de Iúna. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Espírito Santo

60) Pedido de Providências n° 1.00448/2020-75
Requerente: Misael Silva Nogueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Amapá

61) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00537/2020-02
Requerente: Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais – FENAMP
Advogado: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Anulação. Decisão do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo SEI 20.22.0001.0007053.2020-05 (Processo MPRJ nº 2019.01404092). Determinação para o afastamento de servidor do exercício

de cargo na coordenação nacional da Federação Nacional de Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais (FENAMP). Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária (27/10/2020)

62) Reclamação Disciplinar n° 1.00343/2019-09 (Recursos Internos)
Recorrente: Maria Elda Fernandes Melo
Recorrente: Marilda dos Reis Fontinele
Recorridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogada: Denia Erica Gomes Ramos Magalhães – OAB/DF n.º 19090
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal

63) Reclamação Disciplinar n° 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Paraná

64) Reclamação Disciplinar n° 1.00043/2020-55 (Recurso Interno)
Recorrente: Moacir Guimarães Morais Filho
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

65) Reclamação Disciplinar n° 1.00335/2020-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Estado do Maranhão
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Maranhão

66) Pedido de Providências n° 1.00518/2020-77
Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Interessados: Lenita Machado Tedesco; Marta Cristina Pires Anciaes
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Zona Sul e Barra da Tijuca do Núcleo Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003144/2020-75 (Inquérito Policial nº 016-01896/2018).
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Rio de Janeiro

67) Pedido de Providências n° 1.00519/2020-20
Requerente: 37º Ofício – Procuradoria da República – Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Interessados: Marta Cristina Pires Anciaes; Paula da Fonseca Passos Bittencourt
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições entre o 37º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro e a 4ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da Área Méier e Tijuca do Rio de Janeiro. Notícia de Fato nº 1.30.001.003025/2020-12 (Procedimento MPRJ 2020.00192605).
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Rio de Janeiro

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária (10/11/2020)

68) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00857/2019-47
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800
Objeto: Membro do Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Violação do dever funcional. Art. 236, I e IX, da Lei Complementar n° 75/93. Informações colhidas na RIEP CNMP n° 1.00470/2019-09.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

69) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00301/2020-76
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Instituição de auxílio saúde para membros e servidores. "Vale COVID". Verba de caráter indenizatório. Ato Administrativo nº 924/2020/PGJ. Pedido liminar.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

70) Proposição n° 1.00404/2020-72
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Disciplina o uso da expressão “Ministério Público” e sua abreviatura como componente da denominação pública ou coletiva por entidades privadas.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Distrito Federal

71) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00763/2020-00 (Recurso Interno)
Recorrente: Paulo Augusto Donatti Nothen
Recorrido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Controle. Procedimento n° 01.2020.00008089-1. Apuração de ato de improbidade administrativa. Indeferimento de pedido de acesso à informação com base na Lei n.º 12.527/2011. 9ª Promotoria de Justiça de Balneário Camboriú.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Santa Catarina

72) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00833/2020-02
Requerente: Paulo Augusto Donatti Nothen
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Irregularidades na condução de Embargos de Declaração. Notícia de Fato n.º 01.2020.00021721-5. Apuração de improbidade administrativa. 9ª Promotoria de Balneário Camboriú/SC. Violação ao devido processo legal.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Santa Catarina

Processos desta Sessão (24/11/2020)

73) Proposição n° 1.00511/2018-30
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5° ao art. 1°, da Resolução CNMP n° 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Distrito Federal

74) Reclamação Disciplinar n° 1.00345/2019-08 (Recurso Interno)
Recorrente: Denis Colares de Araujo
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso do Sul.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Mato Grosso do Sul

75) Proposição n° 1.00359/2019-77
Requerente: Luciano Nunes Maia Freire
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Acompanhamento da destinação dos recursos oriundos de medida alternativa aplicada em função de transação penal ou da suspensão condicional do processo, bem como de acordos de não persecução penal, sempre que oriundos de atos atentatórios ao meio ambiente.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

76) Proposição n° 1.00429/2019-79
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes a serem observadas no processo administrativo disciplinar no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Distrito Federal

77) Sindicância n° 1.00637/2019-87 (Recurso Interno)
Recorrentes: Reinaldo Azambuja Silva; Rodrigo Souza e Silva
Advogados: Gustavo Passarelli da Silva – OAB/MS nº 7602; Victoria Goncalves Bello de Faria – OAB/DF nº 61631
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5123
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Mato Grosso do Sul

78) Proposição n° 1.00668/2019-74
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe;

Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espirito Santo; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição do Plano de Classificação de Documentos (PCD). Instituição da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos do Ministério Público (TTD) - área meio.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Distrito Federal

79) Reclamação Disciplinar n° 1.00833/2019-33 (Recurso Interno)
Recorrente: Mario Lucio de Avelar
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Goiás

80) Reclamação Disciplinar n° 1.00913/2019-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Moacir Guimaraes Morais Filho
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Luciano Nunes Maia Freire
Origem: Distrito Federal

81) Pedido de Providências n° 1.00007/2020-91 (Recurso Interno)
Recorrente: Florismar de Paula Sandoval
Recorrido: Ministério Público do Estado de Tocantins
Objeto: Ministério Público do Estado de Tocantins. Extinção da Promotoria da Comarca de Tocantinia. Remoção do membro titular para outra Comarca. Resolução n° 53 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Tocantins

82) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00085/2020-40
Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Art. 30 da Resolução 006/2014 do Colégio de Procuradores de Justiça. Recusa de vista imediata de autos a advogados.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Espírito Santo

83) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00113/2020-57
Requerente: Alex de Freitas Pereira
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Nomeação para o cargo de Analista Técnico Científico. Atuação no CAEX. Atribuições exercidas de forma ilegal por Assessores do MP. Preterição de candidatos classificados em concurso público.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: São Paulo

84) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00329/2020-02
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia

Advogados: Martha Menezes – OAB/BA nº 25.674; Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA nº 11.024
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Excesso de prazo. Processos de execução penal. 7ª Promotoria de Justiça de Barreiras. Conforme informações colhidas na RD nº 1.00533/2019-27. Portaria CNMP-CN nº 22/2020.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Bahia

85) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00370/2020-34
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás
Advogado: Alexandre Iunes Machado – OAB/GO n°17275
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Goiás. Manifestação pública indevida. Utilização de redes sociais. Manifestação com apologia criminosa, discurso de ódio, incitação à violência e caráter ofensivo em relação a Ministro do Supremo Tribunal Federal. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00827/2019-03. Portaria CNMP-CN nº 025/2020.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Goiás

86) Reclamação Disciplinar n° 1.00378/2020-73 (Recurso Interno)
Recorrente: Miguel Francisco Urbano Nagib
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

87) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00381/2020-32 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Advogado: Renan Sales Vanderlei – OAB/ES n°15.452
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Utilização de termos inadequados e entendimento jurídico superado em parecer proferido em processo judicial de ação de adoção. Conforme informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00969/2019-34. Portaria CNMP-CN nº 15/2020.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: Espírito Santo

88) Pedido de Providências n° 1.00392/2020-30 (Recurso Interno)
Recorrente: Walter Helmiton Barbosa Segundo
Recorrido: Procuradoria da República - Rio de Janeiro
Interessado: Alexandre Ribeiro Chaves
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Determinação para reforma da decisão de manutenção de arquivamento. Inquérito Civil nº 1.30.001.004284/2017-65. Novas provas apresentadas pelo requerente.
Relator: Cons. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Origem: Rio de Janeiro

89) Processo Administrativo Disciplinar n° 1.00409/2020-40
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Violação dos deveres de guardar decoro pessoal e tratar com urbanidade seus pares. Abuso direito de petição. Conforme informações colhidas nas Reclamações Disciplinares CNMP nº 1.00486/2018-95, nº 1.01088/2018-87, nº 1.00098/2019-95, nº 1.00143/2019-20. Portaria CNMP/CONS/GAB/SKG Nº 01/2020.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta

Origem: Distrito Federal

90) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00420/2020-47
Requerente: Associação Cearense do Ministério Público – ACMP
Advogados: Francisco Érico Carvalho Silveira – OAB/CE nº 16.881; Lorena Mona Costa Leite – OAB/CE nº 42139
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ato Normativo n. 102/2020, editado pelo Procurador-Geral de Justiça. Postergação dos procedimentos de instrução das promoções para o ano de 2021. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Ceará

91) Pedido de Providências n° 1.00429/2020-30
Requerente: Rafael Calhau Bastos
Requeridos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Procuradoria da República - Espírito Santo
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 2018.0035.4023-85. Conforme decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ACO nº 843.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Espírito Santo

92) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00447/2020-11
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Ceará - SINSEMPECE
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Declaração de ilegalidade. Ato Normativo nº 102/2020. Determinação da continuidade de expedientes preparatórios à edição de ato de ascensões funcionais. Lei 14.043/2007. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Ceará

93) Pedido de Providências n° 1.00478/2020-09 (Recurso Interno)
Recorrente: Marlene Pagotto de Souza Lima
Advogado: Yorran Rodrigues Meneghel – OAB/ES nº 26214
Recorrido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Objeto: Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Promoção de arquivamento. Decisão administrativa exarada pelo Conselho Superior. Negativa de provimento a recurso interposto. Notícia de Fato Criminal nº. 2019.0033.6702-51.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Espírito Santo

94) Sindicância n° 1.00502/2020-09 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Advogados: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL nº 12.623; Ciro Varcelon Contin Silva - OAB/AL nº 8663
Interessada: Fernanda Maria Moreira de Almeida Lobo
Advogado: Thiago Mota de Moraes – OAB/AL nº 8563
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas

95) Reclamação Disciplinar n° 1.00538/2020-66 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Brian Epstein Campos
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de

Minas Gerais.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais

96) Pedido de Providências n° 1.00573/2020-76 (Embargos de Declaração)
Embargante: Aloisio Santana de Souza
Embargado: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Atuação. Procedimento IDEA nº 222929/2017, procedimento IDEA 003.9.196757/2019 e procedimento IDEA 003.9.108778/2019. Caso de desapropriação de área onde o requerente residia e exercia atividade comercial.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Bahia

97) Reclamação Disciplinar n° 1.00644/2020-21 (Recurso Interno)
Recorrente: Soraya Maria Campos
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: São Paulo

98) Pedido de Providências n° 1.00663/2020-67
Requerentes: Ministério Público do Estado de São Paulo; Gustavo Macri Morais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Alexandre Motta Benevides
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Policial nº 0039336-92.2019.8.26.0224. 3ª Vara Criminal de Guarulhos e Vara Criminal de Inquéritos Policiais de Belo Horizonte.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: São Paulo

99) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00678/2020-80 (Recurso Interno)
Recorrente: Carlos Alberto dos Santos Monteiro
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Indeferimento de recurso administrativo. Determinação para devolução de valores descontados dos vencimentos do requerente, referentes a auxílio saúde.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Pará

100) Proposição n° 1.00691/2020-93
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP; Ministério Público do Estado do Maranhão; Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Ministério Público do Estado da Bahia; Ministério Público do Estado da Paraíba; Ministério Público do Estado de Alagoas; Ministério Público do Estado de Goiás; Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; Ministério Público do Estado de Minas Gerais; Ministério Público do Estado de Pernambuco; Ministério Público do Estado de Rondônia; Ministério Público do Estado de Roraima; Ministério Público do Estado de Santa Catarina; Ministério Público do Estado de Sergipe; Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de Tocantins; Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Amapá; Ministério Público do Estado do Amazonas; Ministério Público do Estado do Ceará; Ministério Público do Estado do Espirito Santo; Ministério Público do Estado do Paraná; Ministério Público do Estado do Pará; Ministério Público do Estado do Piauí; Ministério Público do

Estado do Rio de Janeiro; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte; Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 43, § 3º do RICNMP.
Relator: Cons. Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior
Origem: Distrito Federal

101) Pedido de Providências n° 1.00717/2020-94
Requerentes: Ministério Público do Estado da Bahia; Beneval Santos Mutim
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessada: Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Procedimento IDEA nº 644.9.51443/2020. 10ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista. 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Salinas.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Bahia

102) Avocação n° 1.00727/2020-39
Requerente: Raphaela Amato Santonio de Faria
Advogados: Jose Ribeilima Andrade – OAB/GO n° 27.849; Sergio Antonio Merola Martins – OAB/GO n° 44.693; Felipe Magalhaes Bambirra – OAB/GO n° 51850
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Avocação. Processo Administrativo Disciplinar nº 02-2020. Tramite no âmbito da Comissão Processante Permanente da Regional de Santos.
Relator: Cons. Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Origem: São Paulo

103) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00772/2020-93
Requerente: Jeniffer Medrado Ribeiro Siqueira
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Interessado: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – CEBRASPE
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Concurso público para ingresso na Carreira. Cargo de Promotor de Justiça. Exclusão das fórmulas de cálculo das notas constante dos itens 10.10.5. do Edital de abertura nº 01/2019. Determinação para não utilização da mencionada fórmula matemática na segunda etapa (de provas escritas) tanto em relação à peça (P2), quanto em relação às questões (P3). Pedido liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Ceará

104) Reclamação Disciplinar n° 1.00783/2020-91 (Recurso Interno)
Recorrentes: Adriana Gonçalves Fontes; Alda Virgínia de Moura; Andréa Karla Maranhão Condé Freire; Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti; Charles Hamilton dos Santos Lima; Eleonora de Souza Luna; Fernando Barros de Lima; Francisco Sales de Albuquerque; Gilson Roberto de Melo Barbosa; Izabel Cristina de Novaes de Souza Santos; Janeide Oliveira de Lima; Jose Correia de Araújo; Jose Elias Dubard de Moura Rocha; João Antônio de Araújo Freitas Henriques; Laíse Tarcila Rosa de Queiroz; Manoel Cavalcanti de Albuquerque Neto; Mariléa de Souza Correia Andrade; Norma Mendonça Galvão de Carvalho; Paulo Roberto Lapenda Figueiroa; Renato da Silva Filho; Sineide Maria de Barros Silva Canuto
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Pernambuco

105) Consulta n° 1.00787/2020-06

Requerentes: Procuradoria Geral da República; Antônio Augusto Brandão de Aras
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Consulta. Aplicação da Resolução CNMP nº 160, de 14 de fevereiro de 2017. Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.008939/2020-19.
Relatora: Cons. Fernanda Marinela de Sousa Santos
Origem: Distrito Federal

106) Procedimento de Controle Administrativo n° 1.00857/2020-08
Requerente: Ivan Cosenza Leite
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Anulação do ato PGJAA que aplicou remoção ao requerente para a Comarca de Teófilo Otoni. Retorno do requerente à Comarca de Araçuaí. Restabelecimento da remuneração cortada. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Minas Gerais

107) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público n° 1.00883/2020-27
Requerente: Amira Mustafa El Hage
Advogado: Raphael Guimaraes Carneiro – OAB/SP n° 340299
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Recomendações proferida pela Corregedoria Geral. Desrespeito à autonomia funcional de membro do MP/SP. Origem na decisão da Reclamação Disciplinar n. 35/2020. Pedido liminar.
Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: São Paulo

108) Procedimento Interno de Comissão n° 1.00888/2020-03
Requerente: Comissão de Planejamento Estratégico
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatório Anual de Atividades do CNMP - 2020.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta – Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico
Origem: Distrito Federal

109) Pedido de Providências n° 1.00897/2020-96
Requerentes: Ministério Público do Estado de Goiás; Juliano de Barros Araujo
Requerido: Procuradoria da República – Goiás
Interessada: Mariane Guimaraes de Mello Oliveira
Objeto: Ministério Público do Estado de Goiás. Ministério Público Federal no Estado de Goiás. Conflito negativo de atribuições. Procedimento nº 202000074707. Inquérito Civil Público nº 1.18.000.000155/2019-7. 15ª Promotoria de Justiça - Núcleo de Defesa do Meio Ambiente de Goiânia.
Relator: Cons. Sebastião Vieira Caixeta
Origem: Goiás

110) Pedido de Providências n° 1.00909/2020-28 (Recurso Interno)
Recorrente: Douglas Lingiardi Strachicini
Recorrido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Resolução nº 51/2018-CSMP/MPMT e Ato Administrativo nº 897/2020-PGJ/MPMT. Atribuições de cadastrar e homologar fundos, projetos ou apoio a entidades. Alegação de descumprimento às normas legais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Mato Grosso

111) Pedido de Providências n° 1.00962/2020-10
Requerente: Eliana Volcato Nunes
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Movimento MP – Mulheres - SC. Criação de protocolos de ouvida respeitosa e não revitimizadora. Proteção às mulheres por parte do ordenamento jurídico.

Relatora: Cons. Sandra Krieger Gonçalves
Origem: Santa Catarina

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

PROCEDIMENTO INTERNO DE COMISSÃO
Procedimento: 0.00.000.000120/2019-25
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Monitoramento do cofinanciamento federal para a expansão qualificada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes

DECISÃO

Acolho o parecer exarado pela Promotora de Justiça e Membro Auxiliar da Comissão da Infância, Dra. Andrea Teixeira de Souza, cujos fundamentos adoto como razões de decidir.
2. Determino, pois, o arquivamento do procedimento, nos termos do artigo 43, IX, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Intime-se a Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia.
Publique-se.
Brasília, 16 de novembro de 2020.

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR.
Presidente da Comissão de Infância, Juventude e Educação
Conselheiro Nacional do Ministério Público

CORREGEDORIA NACIONAL

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020

PORTARIA CN-CNMP Nº 74, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2020 A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:
Art. 1 Revogar a requisição da subprocuradora geral do Trabalho Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional na Correição Extraordinária em unidades do Ministério Público do Rio Grande do Norte, instaurada pela Portaria nº 66, de 28 de outubro de 2020.
Art. 2 Requisitar, no período de 15 a 17 de dezembro de 2020, Fábio Leal Cardoso, subprocurador geral do Trabalho, para integrar a equipe de trabalho da Corregedoria Nacional na Correição Extraordinária em unidades do

Ministério Público do Rio Grande do Norte, instaurada pela Portaria nº 66, de 28 de outubro de 2020, publicada no dia 29 de outubro de 2020, nº 208, seção 2, página 44, do Diário Oficial da União, delegando-lhe poder para a realização das atividades de correição e dos demais atos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços.

Publique-se.

Brasília-DF, 16 de novembro de 2020.

RINALDO REIS LIMA

Corregedor Nacional do Ministério Público

PORTARIA DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

PORTARIA CN-CNMP Nº 75, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020

A CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 3°, da Constituição da República e nos arts. 18, incisos I, II, VII e XIV, 67 e 68, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, resolve:

Art. 1 Revogar a designação do membro auxiliar da Corregedoria Nacional Bernardo Maciel Vieira para integrar a equipe de correição constante no item 4 da Portaria nº 62, de 22 de outubro de 2020, publicada no dia 26 de outubro de 2020, nº 205, seção 2, páginas 38 e 39, do Diário Oficial da União.

Publique-se.

Brasília-DF, 17 de novembro de 2020.

RINALDO REIS LIMA

Corregedor Nacional do Ministério Público